

A ameaça do "não voto"

Gaudêncio Torquato (*)

As projeções apontam para a elevação do índice do NV (Não Voto - abstenções, votos nulos e brancos), na eleição de 7 de outubro, a um patamar acima de 40%

Recorde-se que o 2º turno da eleição para governo de Tocantins, em junho passado, registrou 51,83% de eleitores votando em branco, anulando ou deixando de comparecer às urnas. Trata-se, como se deduz de pesquisas, da indignação do eleitor em relação às coisas da política - atores, métodos e processos.

O eleitor protesta contra o lamaçal que envolve a esfera política, que parece indiferente a um clamor social exigindo mudanças de comportamentos e atitudes. A principal arma que dispõe o eleitor para mudar a política é o voto. Ora, se o cidadão se recusa a usar esse direito está, de certa forma, contribuindo para a manutenção do status quo, perpetuando mazelas que infestam o cotidiano da vida política.

Estamos, portanto, diante de um dilema: caso o NV assuma proporções grandiosas no pleito deste ano, a hipótese de mudança na fisionomia política cai por terra, arrastada por ondas da mesmice, onde se enxergam as abomináveis práticas do fisiologismo ("é dando que se recebe"), o coronelismo (os currais eleitorais, a política de cabresto), o nepotismo (as engordas grupais), a estadania (o incremento da dependência social do Estado), o neo-sindicalismo peleguista (teias sindicais agarradas às mamas do Estado), a miríade de partidos e seus escopos pasteurizados etc.

A renovação política, bandeira erguida pela sociedade organizada, corre o risco de fracassar, caso o eleitorado se distancie do processo eleitoral ou, mesmo comparecendo às urnas, anule o sufrágio ou vote em branco.

É oportuno lembrar que o eleitor é peça fundamental no jogo de xadrez da política. Se não tentar dar um xeque no protagonista que busca

se eleger, este acabará sendo empurrado para o altar da representação política por exércitos treinados nas trincheiras dos velhos costumes. Assim, a renovação nas molduras governativa e parlamentar não ocorrerá.

Aliás, calcula-se que a renovação da representação no Parlamento seja de apenas 40% este ano, menor do que em pleitos do passado. A campanha mais curta - de 45 dias nas ruas e de 35 dias na mídia eleitoral - beneficiará os mais conhecidos e aqueles de maiores recursos financeiros. (No pleito anterior, a campanha tinha 90 dias de rua e 45 dias de programa eleitoral no rádio e TV).

O fato é que não se pode contar com mudança política por unilateral vontade do corpo parlamentar. Deputado ou senador, se não recebem pressão da base eleitoral, resistem a qualquer ideia de avançar, alterar, mudar regras que, hoje, os beneficiam. Ou, para usar a expressão mais popular, não darão um tiro no pé.

Por conseguinte, a reformulação da política carece de participação ativa do eleitor, razão pela qual este deve cobrar de seus candidatos compromissos com avanços com o fito de eliminar os cancos que corroem o corpo político. Em suma, a política não se renova porque não há, por parte dos representantes, desejo de mudá-la. E não há desejo porque o eleitor ainda não jogou seu representante no carrossel das transformações.

O pleito de outubro deste ano tende a encerrar a era do grande compadrio na política. O que não quer necessariamente dizer que isso ocorrerá. Por isso mesmo, urge despertar a consciência cívica do cidadão. Motivá-lo a colocar sobre os trilhos o trem das mudanças. Toda a atenção deve se dar à bomba que ameaça explodir a locomotiva: o Não Voto.

Abstenções, votos nulos e brancos, em demasia, são os ingredientes que podem implodir nosso ainda incipiente sistema democrático.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. Twitter@gaudtorquato.

Pauta de segurança avançou no primeiro semestre no Congresso Nacional

"Preservar a integridade física do cidadão é a primeira obrigação do estado"

As palavras ditas pelo presidente do Senado Eunício Oliveira, na abertura do ano legislativo de 2018, sinalizavam o empenho que o Congresso teria este ano para tentar reduzir a violência, que registra no Brasil 30 assassinatos para cada 100 mil habitantes, de acordo com o Atlas da Violência 2018.

Câmara e Senado aprovaram a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), considerado por Eunício como o mais importante de uma série de projetos que avançaram no primeiro semestre do ano. Aprovado em 16 de maio pelo Senado, o Susp passou a valer em 12 de junho depois da sanção do presidente Temer. A expectativa é que as instituições de segurança federais, estaduais e municipais atuem de forma integrada e compartilhem dados para combater a criminalidade.

Foram criadas medidas para unificar bases de dados sobre ocorrências criminais, metas para a unificação dos cursos de formação policial e a previsão de que estados e municípios precisarão elaborar planos de segurança pública para receber



Aprovar medidas que colaborem para a segurança pública foi uma das prioridades anunciadas pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, na abertura do ano legislativo de 2018.

recursos da União. Quando o projeto foi aprovado no Plenário do Senado, Eunício destacou a matéria como a mais relevante relacionada à segurança pública que já havia passado pela Casa.

Na abertura do ano legislativo, em fevereiro, o presidente do Senado classificou a situação de insegurança em todo o país como uma "nuvem cinza que turva os horizontes do Brasil". A reforma da segurança pública

proposta por Eunício também inclui medidas pontuais que podem ajudar na redução efetiva da criminalidade, como a instalação obrigatória de bloqueadores de celulares em presídios, além da construção de colônias agrícolas penais para presos de menor potencial ofensivo. As duas propostas foram aprovadas pelo Senado e seguiram para avaliação da Câmara, onde aguardam votação.

Ainda que não seja unanimidade entre os senadores, também prosperou o projeto do senador Waldemir Moka (MDB-MS), que obriga o preso a ressarcir o Estado pelos gastos com sua manutenção no presídio. O texto recebeu 16 votos favoráveis e cinco contrários na Comissão de Constituição e Justiça e seguiu para a Câmara, mas um recurso exige que o projeto passe também pelo Plenário (Ag. Senado).

Contrato do governo com causador de dano ambiental

A demora na indenização às vítimas de desastres ambientais, como no caso da tragédia de Mariana (MG), motivou o senador Rudson Leite (PV-RR) a propor o impedimento da celebração de contratos entre os responsáveis pelos desastres e o Poder Público enquanto as vítimas não forem indenizadas.

O projeto ainda proíbe a obtenção de subsídios, subvenções ou doações e suspende a obtenção de licença ambiental até o cumprimento da obrigação de indenizar. O texto atual da Lei de Crimes Ambientais já prevê essas restrições, mas estabelece que não poderão exceder o prazo de dez anos.

Ao justificar sua proposição, Rudson mencionou a ineficiência na execução de obrigações no Brasil, ainda que a lei preveja o dever de indenizar. Ele citou especificamente o caso do rompimento da barragem em Mariana, em 2015, que resultou no maior desastre ambiental do Brasil, cujas vítimas aguardam indenização até hoje. O projeto se encontra na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde aguarda designação do relato (Ag. Câmara).

Marun nega participação em supostas fraudes no Trabalho

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, negou em nota que tenha participado de supostas fraudes no Ministério do Trabalho para beneficiar sindicatos em Mato Grosso do Sul, seu reduto eleitoral. A informação de que o nome de Marun estaria envolvido foi divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, com base em um relatório obtido junto à Polícia Federal (PF), que apura irregularidades na concessão de registros sindicais.

Por meio de nota encaminhada por sua assessoria de imprensa, o ministro afirmou não haver interesse político uma vez que declarou, ao aceitar ser ministro, que não disputaria as eleições. "Na verdade, estão usando o fato de eu me predispor a atender com atenção os pleitos que me chegam de MS para tentar retaliar e enfraquecer o ministro que questiona abertamente os abusos de autoridade pratica-



Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

dos, especialmente no inquérito dos Portos", diz a nota.

A Operação Registro Espúrio, da PF, foi deflagrada há um ano, a partir de denúncia sobre concessão de falsos registros sindicais. Foi descoberto um "amplo esquema de corrupção dentro da Secretaria de Relações de Trabalho do ministério, com suspeita de envolvimento de servidores públicos, lobistas, advogados, dirigentes de

centrais sindicais e parlamentares".

No início deste mês, a terceira fase da operação levou ao afastamento do então ministro do Trabalho Helton Yomura, que pediu demissão do cargo. O novo ministro Caio Vieira de Mello, ao assumir o comando da pasta, suspendeu por 90 dias todos os procedimentos de análise e publicações relativas ao registro sindical (ABR).

Fixadas normas para funcionamento de clínicas de vacinação



Comissão aprovou substitutivo do relator, deputado Rodrigo Martins.

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara aprovou o projeto do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que regulamenta o funcionamento de estabelecimentos onde se aplicam vacinas humanas e sobre os direitos dos usuários desses serviços. O texto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI). "A proposta tem o objetivo de garantir os requisitos essenciais de segurança para os usuários, assegurando que o ambiente e o atendimento sejam adequados para a aplicação das vacinas", disse.

Entre outros itens, o texto prevê que um responsável técnico pelo estabelecimento deverá garantir o atendimento das normas sanitárias vigentes. Este profissional deverá ter obrigato-

riamente formação médica nas áreas de pediatria, infectologia ou imunologia e deverá ser periodicamente capacitado pelo serviço, nos termos de regulamento. Já os profissionais responsáveis pela aplicação da vacina deverão ter, obrigatoriamente, formação de nível técnico-médio ou superior na área de enfermagem.

Rodrigo Martins alterou pontos do projeto original: suprimiu a previsão, considerada excessiva, de que "todos os procedimentos" envolvidos na vacinação fossem expostos ao paciente e retirou trecho que previa uma equipe médica à disposição do paciente por até 30 dias após a vacinação, devido aos custos envolvidos. O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Chanceler viaja para negociar acordo Mercosul/UE

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, está em Bruxelas, para a reunião com os chanceleres do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). Amanhã (18), eles têm encontro marcado com a comissária de Comércio da Comissão Europeia, Cecília Malmström, e com o Comissário de Agricultura, Phil Hogan. Antes da chegada dos chanceleres, houve reuniões técnicas com representantes dos dois blocos, sem avanços expressivos.

Mercosul e União Europeia buscam acordos específicos para os automóveis, peças de automação, indicações geográficas, transporte marítimo e produtos lácteos. Também estão na lista de preocupações do Mercosul os temas relativos à carne bovina, ao açúcar e ao etanol. Mais recentemente entrou em discussão também a pressão da União Europeia



Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

para reduzir o percentual das tarifas de importação de automóveis produzidos pelos países do Mercosul.

Nos últimos contatos entre representantes dos dois blocos, maio e junho, porta-vozes afirmaram que o consenso é dificultado pela falta de compromisso e de flexibilidade nas ofertas.

Em abril, representantes do Mercosul e da União Europeia se reuniram, em Buenos Aires (Argentina), e não chegaram a um consenso sobre temas controversos de um eventual acordo de livre comércio. Há quase duas décadas o assunto é tema de reuniões dos dois blocos (ABR).

Temer viaja para Cabo Verde para reunião da CPLP

O presidente Michel Temer está viajando (17) para 12ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Ilha do Sal, em Cabo Verde. Na conferência, o Brasil passará o comando da comunidade para Cabo Verde. A presidência do Brasil na CPLP começou em 1º de novembro de 2016, com o tema: "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Ocorreram 13 reuniões ministeriais no Brasil, além de encontros de técnicos e autoridades nas áreas de saúde, educação, cultura, governo digital e meio ambiente. Criada em 1996, a CPLP é integrada por nove países: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Além dos países-membros, também há países associados, que não têm o português como língua principal, mas mantêm assento no fórum para discutir os projetos de desenvolvimento e cooperação.

Antes da chegada dos presidentes e chanceleres, as delegações se reúnem e examinam a cooperação birregional e reafirmam os valores que aproximam América Latina, Caribe e União Europeia no plano internacional. Também estão previstas discussões sobre paz e segurança internacional, comércio, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e intercâmbio em ciência e tecnologia (ABR).